

**ATA Nº 018/2017**

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, com início às dezessete horas e dez minutos, reuniram-se em reunião ordinária na sala de reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Chapada-RS, os membros do Comitê de Investimentos do RPPS, servidores Luciane Vogt, Júlia Dezingrini e Walter Dreyer, nomeados pela Portaria nº 427/2015, para deliberarem sobre a seguinte pauta: 1) Rentabilidade Setembro 2017; 2) Rentabilidade X Meta atuarial em 2017; 3) Leitura e análise de relatórios econômicos; 4) Carteira de Investimentos do RPPS; 5) Aplicação de Recursos: Conta da Compensação Previdenciária; 6) Política de Investimento 2018; 7) Curso sobre Política de Investimentos; 8) Seminário Regime Previdenciário) 9) Notificação Secretaria da Previdência; 10) Encontro com técnico da consultoria de investimento; 11) Assuntos gerais. Inicialmente, o Presidente do Comitê de Investimentos Sr. Walter Dreyer agradeceu a presença dos demais membros e de imediato passou a palavra à gestora dos recursos previdenciários, Sr<sup>a</sup> Luciane Vogt. Prosseguindo, a Gestora do FAPS apresentou aos membros do Comitê o Relatório Econômico Financeiro do mês de setembro de 2017 e um resumo dos investimentos do RPPS, sendo que finalizou-se o mês de agosto o montante total com as aplicações e disponibilidades financeiras no valor de R\$ 35.567.607,83 (trinta e cinco milhões quinhentos e sessenta e sete mil seiscentos e sete reais com oitenta e três centavos). A rentabilidade no mês de setembro em percentual foi de 0,91% (zero vírgula, noventa e um) por cento, o que representa em valor R\$ 322.079,59 (trezentos vinte e dois mil setenta e nove reais com cinquenta e nove centavos). A rentabilidade acumulada neste exercício é de R\$ 3.051.619,91 (três milhões, cinquenta e um mil, seiscentos e dezenove reais com noventa e um centavos). Finalizando o mês de setembro do corrente, o RPPS de Chapada apresenta uma rentabilidade acumulada de 9,51% (nove vírgula cinquenta e um) por cento, quando no mesmo período o IPCA+6% atingiu 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento) por cento. Em ato contínuo, foi analisado o cenário macroeconômico. No cenário internacional tivemos a Assembléia Geral da ONU a qual foi marcada pelas críticas do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao regime que governa a Coreia do Norte. A economia dos EUA continua apresentando indicadores positivos, como exemplo podemos citar o crescimento de 3,1% no 2º trimestre e no campo do desemprego está com uma taxa de 4,40%, a menor taxa desde 2011. Em relação a taxa de juros americana o FED espera indicadores mais sólidos para assim

elevar sua taxa de juros. No cenário doméstico tivemos uma nova denúncia de Rodrigo Janot contra o Presidente Michel Temer em sua última semana no cargo, por organização criminosa e obstrução de justiça. A denúncia tem como base as delações premiadas de executivos da JBS e do corretor de valores Lúcio Funaro, apontado como operador do PMDB. Além de Temer também são acusados os atuais ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco. Ainda no campo político o congresso aprovou a reforma política que se resume em três pontos essenciais: a criação de um fundo público para financiar as campanhas políticas, uma cláusula de barreira a proliferação de partidos e o fim das coligações para eleição ao Legislativo a partir de 2020. O campo econômico vem demonstrando sinais de recuperação, além da surpresa com o PIB do Trimestre passado tivemos um conjunto de indicadores referentes ao início do terceiro trimestre, vendas no comércio e produção industrial, onde indicam que a retomada tem persistido. Além disso, o Copom, em sua última reunião e confirmando as expectativas do mercado, deu continuidade ao processo de redução da taxa de juros, chegando a taxa de 8,25% ao ano, sendo o menor nível desde 2013. Em ata a redução foi justificada por um cenário favorável da inflação a qual se encontra abaixo do centro da meta. Assim o Banco Central, em seu relatório de inflação, reforçou as perspectivas de novas quedas nos juros, que podem ir abaixo dos 7%. Também destacamos que a taxa de desemprego ficou em 12,6% no terceiro trimestre, a redução da taxa de desemprego ocorreu devido ao aumento da informalidade e não pela geração de vagas formais. A Inflação, medida pelo IPCA, variou 0,16% em setembro. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, somente alimentação e habitação apresentaram quedas, nos demais grupos a maior contribuição veio dos Transportes, com alta de 0,79%, devido ao litro da gasolina que ficou em média 2,22% mais caros. Com isto, o acumulado no ano está em 1,78% e dos últimos 12 meses o IPCA ficou em 2,54%. O INPC, por sua vez, variou -0,02% em setembro e no acumulado dos últimos 12 meses o índice desceu para 1,63. Os produtos alimentícios tiveram uma queda de 0,57%, porém o grupo dos produtos não alimentícios subiram 0,22%, sendo os principais responsáveis pelo aumento do índice. Na renda fixa as revisões para baixo das expectativas dos juros para 2017, aliada aos resultados da inflação em um cenário de atividade econômica fraca, favoreceram a valorização dos títulos públicos. Deste modo, o Índice de Mercado Aberto da Anbima (IMA-Geral), que expressa a carteira de títulos públicos no mercado, registrou uma variação de 1,33% no mês de setembro,

acumulando um retorno de 11,68% no ano. O Ibovespa, benchmark do mercado de ações, teve mais um mês de uma alta atingindo uma valorização de 4,88% em setembro e chegando aos 74.293 pontos, pouco abaixo do recorde nominal registrado em 20 de setembro quando o Ibovespa chegou aos 76.004 pontos. Assim acumula uma alta de 23,35% no ano. O dólar comercial, por sua vez, encerrou o mês em alta de 0,64%, cotado a R\$ 3,16 e acumula uma queda de 2,80% no ano. Em ato contínuo, foi analisada a Carteira de Investimento o RPPS de Chapada, no que se refere o valor e percentual alocado em cada fundo de investimento. Também foi analisado o percentual alocado por grau de risco, sendo que 51,1% (cinquenta e um vírgula um) por cento o risco é baixo; 23,8% (vinte e três vírgula oito) por cento) o risco é baixo/médio; 16% (dezesseis) por cento o risco é médio/alto; e 9,10% (nove vírgula dez) por cento o risco é alto. Após a devida análise os membros do Comitê de Investimento, decidiram não realizar realocações nas aplicações, mantendo a atual carteira, em virtude do panorama macroeconômico. Prosseguindo, a Gestora informou que está disponível para aplicação o valor de R\$ 20.077,50 (vinte mil com setenta e sete reais, com cinquenta centavos) oriundo da compensação previdenciária. Após, análise do desempenho dos fundos de investimentos do Banco do Brasil, decidiram por unanimidade que o recurso disponível será aplicado no fundo BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO. A escolha na aplicação neste fundo de investimento justifica-se devido atual conjuntura econômica, visando proteção da carteira de investimento. Em seguida, os membros analisaram a proposta da Política de Investimento 2018, enviado pela empresa que presta consultoria ao RPPS de Chapada. Passamos a transcrever o Resumo da Política de Investimento 2018, conforme determina a Resolução CMN nº 3922/2010: “A estratégia alvo de aplicação ficou definida em 100%, o Limite Superior foi deixado em 187%. As sugestões de alocação dos recursos/diversificação foram assim estipuladas: para a RENDA FIXA - Art. 7º: Títulos Tesouro Nacional-SELIC-Art.7º, I, “a” a Resolução permite 100% e o limite inferior será de 0%, a Estratégia Alvo será de 0% e o Limite Superior será de 5%; FI 100% Títulos TN-Art.7º, I, “b”, a Resolução permite até 100%, sendo que o limite inferior estabelecido é de 40%, a Estratégia Alvo será de 75% e o Limite Superior é de 80%; FI Renda Fixa Referenciado/ Referenciado - Art 7º, III, “a”, o limite da Resolução é de 80%, Limite Inferior é de 0%, a estratégia alvo será de 20% e o Limite Superior de 50%; FI Renda Fixa - Art.7º, IV, “a”, o limite da resolução é

de 30% , sendo que o Limite Inferior é de 3%, a estratégia alvo será de 5% e o Limite Superior de 20%; FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art.7º, VI, o limite da Resolução é de 15%, o Limite Inferior é de 0%, a estratégia alvo será de 0% e o Limite Superior de 10%. Neste tipo de ativo sugere-se prever algum limite de aplicação, caso surja alguma oferta de produto interessante já se tem previsão para aplicar, sendo que no próximo ano a perspectiva é de não bater a meta somente aplicando em títulos públicos; FI em Renda Fixa “Crédito Privado”- ART.7º, VII, “b”, o Limite da Resolução é de 5%, ficará zerado o Limite Inferior e a Estratégia Alvo, sendo que o Limite Superior ficará em 5%, porque se surgir algum fundo interessante haverá possibilidade de aplicar. Na RENDA VARIÁVEL - Art. 8º foram sugeridos: FI Ações referenciados - Art. 8º, I, o limite da Resolução é de 30%, estabelece-se o limite inferior de 0%, a Estratégia Alvo é de 0% e o Limite Superior é de 5%; FI de Índices Referenciados em Ações – Art. 8º, II, o limite da Resolução é de 20%; o limite inferior de 0%, a Estratégia Alvo é de 0% e o Limite Superior é de 2%; FI em Ações - Art. 8º III, o limite da Resolução é de 15%, o limite inferior é de 0%, a Estratégia Alvo é de 0% e o Limite Superior é de 5%; FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, IV, o limite da Resolução é de 5%, o limite inferior é de 0%, a Estratégia Alvo será de 0% e o Limite Superior será de 5%. Para as demais opções de alocações permitidas pela Resolução não foram sugeridos limites de aplicação para 2018”. Analisando a proposta de alocação dos recursos surgiram dúvidas com relação a aplicação de recursos em FIDC, no sentido se é melhor em fundos aberto ou fechado. Ficou decidido que essa dúvida será dirimida no dia vinte e três de outubro do corrente, na reunião com o Consultor João Ennes e após a proposta será encaminhada para os membros do Conselho do FAPS para a sua aprovação final. Em seguida, a Gestora fez referência sobre a sua participação, bem como da Júlia Dezingrini e Deise Vogt, do Curso sobre Política de Investimento, realizado em Passo Fundo no dia vinte e nove de setembro do corrente. Ressaltou que curso foi abordado sobre o funcionamento do RPPS, aplicação dos recursos e em especial sobre a elaboração da política de investimento com os limites da Resolução CMN 3922/2010. Também foi apresentada a nova proposta de nova Resolução do Conselho Monetário Nacional para o RPPS, no que se refere às aplicações do RPPS. Na oportunidade, a Gestora disse que recebeu um convite para um Seminário sobre Regime Previdenciário nos Municípios, que será realizado em três datas: dias 23 e 24/10/2017 em Três Passos/RS; 24 e 25/10/2017 em Soledade/RS; e 25 e

26/10/2017 em Porto Alegre. Os membros do Comitê não manifestaram interesse em participar do referido seminário. Em seguida, a Gestora comunicou que foi respondida no prazo todas as Notificações da Secretaria da Previdência Social, através da CADPREV, onde estavam solicitando a base de dados referente aos exercícios de 2015 – 2016 – e 2017, planos de amortização e implementação das alíquotas em Lei. Prosseguindo, a Gestora comunicou que no dia vinte e três de outubro, o Sr. João Ennes da Consultoria irá realizar uma reunião, às 14h, na sala de reunião da Prefeitura Municipal, para os membros do Conselho do RPPS e gostaria da presença dos membros Comitê de Investimento, onde irá apresentar a Política de Investimento e também para falar sobre a carteira de investimento do RPPS de Chapada. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Comitê de Investimentos deu a reunião por encerrada e a ata, após lida e impressa, será assinada por todos os presentes. Chapada-RS, 16 de outubro de 2017.

Luciane Vogt  
Gestora do RPPS  
Certificação ANBIMA  
Validade: **23/06/2020**

Walter Dreyer  
Presidente  
Certificação CGRPPS  
Validade: 11/12/2018

Júlia Dezingrini  
Membro Titular  
Certificação ANBIMA  
Validade: 08/12/2019